

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO OFICIAL INTENDENTE DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN)

Pedro Fernando Rosa do Amaral¹

RESUMO

O presente artigo versa sobre reflexões e inquietações, também fruto da experiência pessoal, sobre a formação do oficial intendente da AMAN, diante de duas áreas distintas: a logística e a administração militar. Assim, de modo a suprir os desafios e demandas exigidas no cenário atual, através de um curso que forneça as ferramentas necessárias ao futuro intendente desempenhar, de maneira satisfatória, as funções e ocupar cargos nas diversas Organizações Militares da Instituição nacional e permanente, chamada Exército Brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Reflexões; Ensino; Formação; AMAN; Intendência; Logística; Administração Militar.

1. INTRODUÇÃO

A Academia Militar das Agulhas Negras,

situada em Resende-RJ, é o berço da formação do oficial combatente de carreira do Exército Brasileiro.

O Curso de Intendência da AMAN habilita os seus concludentes à função de Aspirantes a Oficial do Serviço de Intendência. Eles, desde cedo, enfrentarão grandes desafios, sendo responsáveis pela Logística e também pelas atividades relacionadas à Administração Militar, nos diversos rincões brasileiros, servindo em distintas Organizações Militares, algumas de apoio (logísticas) e outras de tropa. Conforme a definição do Glossário de Termos e Expressões de Educação e Cultura (C 20-1, 2007):

Curso é uma atividade técnica-pedagógica composta por um conjunto de disciplinas, distribuídas em um currículo, com o objetivo de habilitar o aluno à ocupação de cargos e ao desempenho de funções previstas nos quadro de cargos previstos das diferentes organizações militares do Exército.

¹ Capitão de Intendência - Chefe da Seção de Planejamento Educacional.

A Logística é uma conciliação entre arte e ciência, de forma contínua, ela vem desenvolvendo-se desde os primórdios da humanidade.

“Na guerra, só se obtém aquilo que é calculado.” De acordo com essa máxima de Napoleão Bonaparte, observa-se a necessidade de previsão para a provisão no combate, o que foi constatado em diversas campanhas. Capacidade de mobilização para obter, armazenar, transportar e distribuir itens, representa o conceito de Logística, de forma a permitir o cumprimento das missões em combate.

“Ocorre que a guerra, com os seus inúmeros tentáculos, prefere sugar o seu alimento das estradas principais, das cidades populosas, dos vales férteis atravessados por rios largos e das regiões litorâneas regiões litorâneas regiões movimentadas. Por outro lado, quando tiver se estabelecido uma situação de equilíbrio na qual as tropas movimentem-se para frente e para trás durante anos na mesma região, provavelmente a subsistência tornar-se-á a principal preocupação. Neste caso, o Chefe do Serviço de Intendência tornar-se-á o comandante supremo e a condução da guerra consistirá em organizar os comboios de carroças” (Clausewitz).

O supracitado do grande estrategista militar prussiano já evidenciava o papel de destaque na guerra da Logística.

A capacitação continuada de talentos humanos, a partir da apreensão de conhecimentos obtidos das melhores práticas logísticas (civis e militares), lições aprendidas (próprias e/ou de outros exércitos), rapidez na produção e divulgação de doutrina logística para a Força Terrestre, de forma a focar as atividades de qualificação na capacitação técnica dos profissionais da logística.

Diante das novas tecnologias da informação, que proporcionam um mundo globalizado, onde o cenário está em constante evolução, o ciclo decisório precisa ser mais rápido. Todos os sistemas operacionais em combate tiveram que ser adaptados, abrangendo todos os espectros dos

conflitos.

Nesse complexo contexto, o Exército Brasileiro passa por um processo de transformação, de forma que o Brasil possa estar apto a interagir em um ambiente de incertezas e com ameaças difusas. A Logística como um dos vetores de transformação da Força necessita de uma nova concepção. Uma Nova Logística, que garantirá o apoio e manutenção do poder de combate, em um ambiente de interações e onde a opinião pública também é fator de decisão no combate, com as considerações civis.

Além do ramo da Logística, há o da Administração, que por vezes é atividade meio e outras é atividade fim.

No dia a dia da caserna, o intendente destaca-se como gestor público, envolvido em atos e fatos administrativos, utilizando conhecimentos contábeis, integrados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). E para tanto, faz-se primordial a predisposição ao aprendizado constante, integrando áreas do conhecimento como Planejamento, Orçamento, Finanças, Contabilidade, Auditoria, Direito Tributário e outras.

O Exército Brasileiro, como instituição nacional e permanente, protagonista em grandes momentos da vida nacional, sempre valorizou e procurou priorizar o ensino e a formação de seus quadros. Assim sendo, houve um ponto de inflexão, um novo processo, que foi fruto de estudos e acabou sendo implementado na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), localizada em Campinas-SP, no ano de 1998.

Diante de um novo cenário global, com o acesso a novas tecnologias, adoção de uma sociedade em rede, com alterações no emprego operacional das tropas, diante do advento da guerra assimétrica, irregular, de grande intensidade, onde nem sempre fica caracterizada a presença estatal. Assim, na década de noventa o antigo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) atual Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) ordenou a

criação do Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino (GTEME) que apresentou um diagnóstico da situação do ensino na Força e traçou planos de ação para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, que ficaram explícitos em documentos específicos, como A Política Educacional para o Exército Brasileiro Ano 2000- Fundamentos.

Um processo de transição, bastante complexo e que contou com marcos legais: Lei de Ensino do Exército Brasileiro nº 9786, de 08 FEV 99, que trouxe a Modernização e Integração à Educação Nacional; e o Decreto nº 3182, de 23 SET 99, que definiu a equivalência de estudos entre os cursos universitários superiores do Exército Brasileiro com a educação superior nacional.

Investir no desenvolvimento de capacidades e competências do capital humano é a premissa básica para a implementação da Logística e da Administração Militar na Era do Conhecimento.

O cenário atual traz grandes desafios, cada vez mais há sistemas que precisam ser alimentados e Ordenadores de Despesa que necessitam de um assessoramento seguro (confiável) e oportuno.

A Turma “Voluntários da Pátria”, formada em 2002 na AMAN, representou um marco no Sistema de Ensino do Exército Brasileiro, por ter sido pioneira e por ter participado do processo de transição/transformação durante os cinco anos de formação, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX) situada na cidade de Campinas, São Paulo e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em Resende, Rio de Janeiro.

O conceito de competência dá, portanto, um importante passo complementar em relação ao conceito de objetivo específico. A competência é um conceito integrador, no sentido de que considera ao mesmo tempo os conteúdos, as atividades a serem exercidas e situações nas quais se exercem as atividades. Na tentativa de sintetizar as reflexões de outros autores, Gerard e Roegiers, 1993, definem competência:

como um conjunto integrado de capaci-

dades que permite, de maneira espontânea, aprender uma situação e responder a ela mais ou menos pertinentemente.

Segundo De Ketele (1996):

a competência é um conjunto ordenado de capacidades (atividades) que são exercidas sobre os conteúdos em uma determinada categoria de situações para resolver problemas apresentados por estas.

Bastante próxima da anterior, essa definição é interessante por explicitar mais os três componentes da competência: conteúdo, capacidade e situação. Além da contribuição marcante sobre competência de Philippe Perrenoud (2001), bem como Antoni Zabala (2010):

O conceito competência indica que as aprendizagens devem se realizar sempre de modo funcional e significativo, atribuindo sentido ao que se aprende. A aprendizagem de uma competência implica sempre uma aprendizagem para agir. Diante da tradição pedagógica haverá resistência. É preciso cautela, identificando as competências que devem ser objeto de estudo da educação. É nesse ponto em que se deve ser combativo diante de propostas curriculares que não consideram uma formação calcada no desenvolvimento da pessoa em todas as suas capacidades, a qual possibilite a formação de cidadãos para a justiça e igualdade.

Nesse cenário também bastante desafiador e inquietante, diante de sistemas informatizados que são cada vez mais complexos e a legislação pertinente sofrendo contínuas atualizações, o intendente deve buscar o auto aperfeiçoamento. Assim sendo, poderá desempenhar a função do seu cargo de forma profissional e segura. Para tanto, faz-se necessária uma reflexão sobre a formação do oficial intendente, forjado na Academia Militar das Agulhas Negras, tendo como foco a Turma “Voluntários da Pátria 2002”, pioneira do Processo de Modernização do Ensino no Exército Brasileiro.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho, quanto à natureza, será caracterizado como uma pesquisa do tipo aplicada, por ter o objetivo de gerar conhecimento para aplicação prática, dirigido à solução de problema específico relacionado com a formação do Aspirante a Oficial do Serviço Intendência, no berço da formação combatente do Exército Brasileiro: a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Para tanto, pretende-se explicitar e destacar os dois ramos da formação do intendente: a Logística (Atividades Operacionais, em campanha) e a chamada Administração Militar (a vida vegetativa e cotidiano da não-guerra).

Valendo-se para tal do método dedutivo (geral para o particular) como forma de viabilizar a tomada de decisões acerca do alcance da investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas argumentações.

Haverá estudo bibliográfico que, para sua consecução, terá por método a leitura exploratória e seletiva do material de pesquisa, bem como sua revisão integrativa, contribuindo para o processo de síntese e análise dos resultados, de forma consubstanciar um corpo de literatura atualizado e compreensível. A seleção das fontes de pesquisa será baseada em publicações de autores de reconhecida importância no meio acadêmico e em artigos veiculados em periódicos indexados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

De forma a subsidiar o término do trabalho, confirmando ou não a hipótese formulada será empregada uma coleta de dados, utilizando-se a ferramenta de formulário eletrônico do Google Drive, via e-mail com uma amostra do universo considerado: os Aspirantes a Oficial Intendentes, formados na AMAN em 2002, conforme relação fornecida pelo Departamento Geral do Pessoal (DGP).

O delineamento de pesquisa contemplará as fases de levantamento e seleção da bibliografia, coleta de dados (um ques-

tionário a ser aplicado nos formados da referida turma), crítica dos dados, leitura analítica e fichamento das fontes, argumentação e discussão de resultados, com a apresentação de uma conclusão.

3. CONCLUSÃO

O conceito de competências se difundiu no ensino de maneira muito acelerada. Como muitas outras ideias, mas no mundo educacional encontrou terreno fértil para o seu desenvolvimento. Concomitantemente, como é de praxe, houve trocas de opiniões favoráveis e desfavoráveis em função de critérios associados ao seu pertencimento a um ou a outro paradigma pedagógico, ambas com razões consistentes.

As ideias, por si só, não melhoram o ensino e muito menos quando se limitam à forma de ensino daquilo que deve ser tema de educação.

Um ensino baseado em competências representa uma melhoria dos modelos existentes, uma tentativa de difundir os novos princípios pedagógicos, por meio de uma formação integral, justa e para toda a vida.

É um processo lento, de superação de uma visão centrada em conteúdos temáticos para uma visão centrada nos alunos: os temas, os objetivos mais ou menos operacionais, o recurso à taxonomia de Bloom, os objetivos por habilidades e, agora, as competências.

Uma consistente evolução na busca de uma alternativa para um modelo embasado na aprendizagem de saberes disciplinares organizados ao redor de matérias convencionais, na qual o aluno deveria assumir os conteúdos como eram definidos pelas diferentes propostas científicas. Podemos chamar esta escola de transmissora. De forma progressiva e gradual, mas em processo, felizmente, irreversível, os currículos se deslocaram das matérias para o aluno. O ensino por objetivos visa a analisar os diferentes graus de aprendizagem que o aluno deve adquirir, mas ainda em função dos distintos conteúdos discipli-

nares. Apenas a memorização não é mais suficiente, questiona-se o conhecimento adquirido, sua aplicação e o papel da escola.

O êxito depende da formação para o desenvolvimento de capacidades. Onde não se limita em adquirir conhecimentos ou dominar algumas técnicas, mas o aluno precisa ser cognitivamente capaz, em amplas capacidades: motoras, de equilíbrio, de autonomia pessoal e de inserção social. Não é suficiente saber ou dominar uma técnica, nem é suficiente sua compreensão e sua funcionalidade, é necessário que o aprendido sirva para o aluno agir de forma eficiente e determinada diante de uma situação real.

Após a análise dos dados da coleta, via ferramenta de formulário eletrônico (Google Drive), ficou comprovada a hipótese levantada no projeto de pesquisa. A formação do Oficial Intendente, na AMAN, em especial 2002, privilegia a área da Logística em detrimento da Administração Militar, conforme anexo.

Resultado:

1. 78% considera que a formação favorece a Logística, 9% a Administrativa e 13% consideram ambas as áreas atendidas no curso;

2. Após a formatura (Aspirantado) 52% (maioria absoluta) serviu em Organização Militar de Corpo de Tropa;

3. A maior dificuldade como Oficial Subalterno foi apontada como a função de Chefe do Setor Financeiro (Tesoureiro) com 35% da amostra;

4. A maioria atribuiu nota 8 (oito) para a formação logística;

5. Na formação na área administrativa, a maioria conferiu grau 6 (seis);

6. Como sugestões apresentadas em questão aberta surgiram:

- a formação do Oficial de Intendência na AMAN, na parte administrativa, deveria ser feita por oficiais mais experientes, de preferência oficiais que já atuaram na área.
- A grade curricular da formação do Ofi-

cial de Intendência poderia ser direcionada para a um bacharelado em administração, com foco em logística militar.

- Deve-se dar mais atenção à formação na área administrativa, pois é o que mais executamos em qualquer OM em que servimos, inclusive, no aperfeiçoamento na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Ou forma-se intendente logístico ou de administração.
- Equalizar as duas áreas: logística e administrativa.

O Ensino por Competências não pretende desconsiderar o Ensino do Exército, mas sistematizar e aperfeiçoar práticas vigentes que já se aproximavam do Ensino por Competências, ultrapassando as normas existentes e trazendo novas ferramentas pedagógicas.

Um vetor de transformação da Força é o ensino, conforme determinação do Comandante do Exército no PROFORÇA, via a competência irá ser desenvolvido o Mapa Funcional, para possibilitar acesso ao Perfil Profissiográfico (que abordará habilitação, capacidades, atitudes e valores). Assim será possível confeccionar o Plano Integrador de Disciplinas (PLANID) por meio dos módulos, para chegar ao Plano de Disciplina (PLADIS), destacando o Padrão de Desempenho e, por fim, concluindo com o Plano de Sessão (Instrução).

Fica evidente o esforço que está sendo feito nas atividades de ensino, mas a formação do intendente na AMAN ainda precisa de ajustes, de forma a preparar o jovem Aspirante a Oficial para cumprir bem as diversas missões de oficial subalterno e poder assessorar, com segurança, comandantes (ordenadores de despesa) sem esquecer de honrar seu símbolo de nobreza (o acanto) com ética, profissionalismo, comprometimento, honestidade, probidade e respeito ao erário. Este trabalho não pretendia esgotar o assunto e poderá servir de estímulo e inquietação para novos projetos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOTTA, J. Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

VIEIRA, G. Modernização do Ensino no Exército. Revista do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

Roegiers, Xavier e De Ketele, Jean-Marie. Uma Pedagogia da Integração: competências e aquisições no ensino. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Perrenoud, Philippe e Thurler, Monica Gather. Macedo, Lino de; Machado, Nilson José e Alessandrini, Cristina Dias. As Competências para Ensinar no Século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. MD/Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. Processo de Transformação do Exército. 3. ed. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. MD/Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. ProForça. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. MD/Exército Brasileiro. Comandante do Exército. Portaria Nº 133, de 28 de fevereiro de 2012. Determina a atualização da Diretriz de Implantação do Processo de Transformação do Exército Brasileiro. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Departamento de Educação e Cultura do Exército. EB60-IR-05.008: Instruções Reguladoras do Ensino por Competências. 1ª. ed. Brasília: DECEX, 2013..

BRASIL. Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências, Presidência da República, Brasília, DF..

BRASIL. Lei nº 9.364, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 5ª ed. 2010.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Tradução alemão/inglês: Howard M. e Paret P. Tradução inglês/português: Valle, do, L. C. N. S. Disponível em: <<http://pensamentos-nomadas.files.wordpress.com/2012/11/daguerre-carl-von-clausewitz.pdf>>. Acesso em: 02 JUL 14.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. et al. Uma concepção pedagógica de Ensino Militar. In: Currículo: limites e possibilidades. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal, 2010.

RODRIGUES, Fernando. Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro 1905 – 1946. Jundiaí, Paco Editorial: 2010. 1ª ed.

SAVIANI, Demerval. As concepções pedagógicas na história da Educação Brasileira. In: Histedbr. O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil. Campinas: 2005.

Castro, Domingos Poubel. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. Integração das Áreas do Ciclo de Gestão: Planejamento, Orçamento, Finanças, Contabilidade, Auditoria e Organização dos Controles Internos, como suporte à Governança Corporativa. São Paulo: Atlas, 2013.

APRENDENDO IDIOMAS: BICHO DE SETE CABEÇAS?

Filipe Rodrigues Pinheiro¹

O Brasil é um país riquíssimo, em todos os aspectos. A seara da linguística não poderia ser diferente: o português, seu idioma oficial, é acompanhado por 274 dialetos indígenas, segundo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Abundam, também, núcleos de imigrantes que ainda conservam o idioma de seus antepassados d'além-mar (do japonês ao ucraniano, passando pelo pomerano, o italiano, o holandês, o hebraico e tutti quanti). Igualmente importante é a Língua Brasileira de Sinais, utilizada pela comunidade de surdos e seus intérpretes. ¹

A educação formal de idiomas, no Brasil, começou por ocasião das escolas mantidas pelos padres Jesuítas, quando já eram ministradas aulas de latim e, antes disso, o próprio português já poderia ser considerado idioma estrangeiro, durante a colonização e catequização dos índios. Tal catequese, promovida pela Companhia de Jesus, perdurou de 1549 (com a vinda de São José de Anchieta e Padre Manoel da Nóbrega, dentre outros) até 1750 (por ocasião das Reformas Pombalinas). Isso trouxe grande avanço educacional, conferindo um salto qualitativo que saiu da mera transmissão da tradição oral para a educação formal dos idiomas clássicos, mais

eruditos e sofisticados. ²

Reformas educacionais foram várias, desde aquele período, e hoje voltamos a ter o ensino de língua estrangeira nas escolas públicas do país. Nesse meio tempo, infelizmente, o ensino de idiomas estrangeiros foi “glamourizado” no Brasil. O que era obrigatório passou a ser opcional, e a opção restringiu-se de tal forma que apenas as classes econômicas ditas média e alta podem pagar por cursos extracurriculares para que seus filhos aprendam inglês, espanhol ou outra língua após o período de ensino formal. Como na parábola bíblica que narra a Torre de Babel, o brasileiro médio parece perdido no cenário internacional, carente de compreender o que falam nossos vizinhos hispanoglotas e tampouco a enxurrada de informações que a internet, os video games, a propaganda, as séries televisivas e os filmes estadunidenses, todos eles em inglês. Outras línguas, então, só mesmo os supracitados descendentes de imigrantes dominam (cada vez menos) os dialetos de seus avós e bisavós, já bem diferentes das chamadas Línguas Estrangeiras Modernas (LEM), mais alinhavadas com os ditames do mundo globalizado. As exceções ao postulado neste parágrafo requerem um esforço extra, além do dia a dia

¹ o autor é Capitão de Cavalaria e serve no Comando da 3ª Divisão de Exército, mais especificamente no Centro de Adestramento e Avaliação – Sul; é habilitado nos idiomas inglês, espanhol e francês, além de cursar Licenciatura em Letras Português, Inglês e Literaturas no Centro Universitário Franciscano, em Santa Maria – RS. Neste estabelecimento de ensino, aprende a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nível básico.